

Mais parlamentarista, substitutivo já está quase pronto

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília



O deputado Bernardo Cabral (de paletó escuro) e auxiliares trabalham na finalização do esboço do substitutivo

Está praticamente pronto o esboço de Constituição que a Comissão de Sistematização do Congresso constituinte apresentará ao plenário, no dia 23. E esse esboço será ainda mais parlamentarista do que o texto originalmente saído das comissões e subcomissões do Congresso constituinte, conforme o que ficou decidido ontem pela manhã, em mais uma das reuniões entre o relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), os relatores-adjuntos e os três juristas que os assessoram.

Pela nova fórmula, exige-se a aprovação do gabinete pela maioria simples do Congresso Nacional, quando, na proposta original, o mecanismo era inverso: o Congresso é que tinha que tomar a iniciativa de propor moção de reprovação ao gabinete indicado.

Com a maioria simples, fica fácil a aprovação do gabinete proposto e, conseqüentemente, reduz-se a possibilidade de o presidente da República buscar um confronto com o Congresso, indicando nomes inviáveis que, sucessivamente rejeitados, poderiam levar à dissolução do Parlamento. Agora, só depois que três indicações sucessivas não conseguirem maioria simples é que se poderá decretar a dissolução do Parlamento.

Outra alteração foi introduzida no universo de escolha do futuro primeiro-ministro: o original previa a sua seleção apenas entre os integrantes do Congresso Nacional. Agora, essa limitação cai e o presidente pode indicar qualquer pessoa para chefear o gabinete, "consultando as lideranças políticas do Congresso Nacional".

A nova fórmula não mexe, e não ser superficialmente, nas atribuições do presidente da República e do primeiro-ministro, o que faz o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, temer por uma colisão. Ocorre que o texto do substitutivo diz

que é atribuição do presidente "supervisionar" a elaboração do plano de governo e do orçamento da República. Como "supervisionar" é um conceito elástico, a colisão pode ocorrer por aí.

De qualquer forma, o relator Bernardo Cabral mantém a disposição de submeter às lideranças partidárias, com as quais se reúne amanhã, as três fórmulas possíveis a respeito do sistema de governo: esse parlamentarismo mitigado aprovado pela Sistematização, o presidencialismo puro e o parlamentarismo puro.

Se houver consenso em torno de uma das três hipóteses, será ela que figurará no texto final do substitutivo. Em caso contrário (o que é mais provável), Cabral manterá o parlamentarismo tal como foi finalmente formulado na reunião de ontem.

O texto final do substitutivo é produto de um intenso trabalho do grupo, que está sendo batizado de "os doze apóstolos", que vem se reunindo desde o último dia 10 no 24º andar do prédio do Banco do Brasil, em Brasília. Os doze são: o próprio Cabral, os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda; José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), centro-esquerda; Wilson Martins (PMDB-MS), centro; e Afonso Aribas (PFL-RJ), centro-di-

reita; os deputados Adolpho de Oliveira (PL-RJ), centro; José Serra (PMDB-SP), centro-esquerda; Ulysses Guimarães (PMDB-SP), centro; e Nelson Jobim (PMDB-RS), centro; e os juristas Miguel Reale Júnior, José Afonso de Souza e Ada Pellegrini Grinover, todos da Universidade de São Paulo (USP).

Esse grupo — ao qual se agregam eventualmente parlamentares de diferentes partidos, para a discussão de temas específicos — partiu do relatório inicial de Cabral, somou as propostas do chamado "Projeto Hércules" (articulação de parlamentares autodesignados "moderados"), as do "grupo do consenso" (coordenado pelo deputado paranaense Eulides Scalco), mais o texto elaborado pela Comissão Afonso Aribas (designado pelo então presidente eleito Tancredo Neves para elaborar um anteprojeto de Constituição). Apoiou-se, ainda, nas emendas propostas pelos parlamentares e no trabalho das assessorias da Câmara e do Senado — para, finalmente, chegar a um texto que terá nove capítulos e cerca de 250 artigos, praticamente a metade dos 496 artigos que compunham o relatório inicial de Bernardo Cabral.

Dessa seleção, nasceu um trabalho que lideranças como José Lourenço

(BA), direita, líder do PFL na Câmara, Luiz Henrique da Silveira (SC), centro-esquerda, líder do PMDB, e Guilherme Afif Domingos (SP), centro-direita, o mais votado deputado do PL, consideram suficientemente consensual para passar com poucos traumas pelo plenário.

Para isso, foi necessário debastar o texto de quase toda a conceitualização ideológica. Miguel Reale Júnior, por exemplo, preferiu chamá-lo simplesmente de "racional" a usar qualquer designação que tenha uma conotação político-ideológica. E Fernando Henrique vai na mesma direção: "O texto caminha no sentido de dar ao Estado características modernas, democráticas e racionais".

Ainda assim, Fernando Henrique teme que, ao chegar a plenário, o substitutivo seja alvo do que ele batiza de ataques dos "kamikazes", ou seja, radicais de um lado ou outro. E, ontem mesmo, o deputado petista José Genoino (SP), de esquerda, anunciou a disposição do grupo de esquerda, que já conta com 54 integrantes, de vários partidos, de obstruir a votação. "Eles tiraram o que havia de bom e deixaram tudo o que havia de ruim", justifica Genoino, que precisa de apenas 35 parlamentares para pôr em marcha seu projeto obstrucionista.

OS TEMAS POLÊMICOS DA CONSTITUINTE

Propostas do substitutivo

Reforma agrária

Estabelece-se que propriedades "médias" e "pequenas" (o tamanho exato será definido em lei) não podem ser tocadas pela reforma agrária. Para a desapropriação é indispensável a intervenção da Justiça, no prazo máximo de noventa dias, findo os quais, sem uma decisão, haverá a imissão de posse.

Greve

O direito de greve vale para todos os trabalhadores, inclusive os funcionários públicos, desde que, neste caso, os serviços essenciais não sejam paralisados por uma eventual greve.

Estabilidade

Cai a estabilidade no emprego, mas criam-se mecanismos (multas, por exemplo) para coibir "demissões arbitrárias".

Voto

Permanece o distrital misto, já aprovado nas comissões.

Comunicações

As concessões de canais de rádio e TV feitas pelo Poder Executivo (como ocorre hoje) poderão ser cassadas pelo Congresso Nacional. O Conselho Nacional de Comunicações será organismo consultivo do Congresso Nacional.

Empresa nacional

Diferencia-se a empresa nacional da empresa brasileira de capital estrangeiro. Isso fornece o instrumental legal para que o governo proteja a primeira e não a segunda.

Papel do Estado

Mantém-se, basicamente, a situação vigente, inclusive na que se refere à preservação do monopólio estatal sobre o petróleo.

Reserva de mercado

Mantém-se a possibilidade de reserva temporária em áreas de interesse para o desenvolvimento nacional ou que afetem a soberania.

Mandato de Sarney

Ficará para as disposições transitórias, mas o relatório propõe cinco anos para o presidente.

Sindicatos

Haverá mais de um sindicato por categoria profissional, mas só um deles terá representação ante o poder público; a contribuição sindical obrigatória cai, mas pode haver desconto em folha para um sindicato, devidamente indicado pelo empregado.

Sistema de governo

Parlamentarismo mitigado. O gabinete parlamentarista tem de ser aprovado pela maioria simples do Congresso Nacional (no Projeto Cabral, era responsabilidade do Congresso propor apenas moção de reprovação ao gabinete indicado). Se três indicações sucessivas não conseguirem maioria simples, o parlamento poderá ser dissolvido. O primeiro-ministro não precisa mais ser um parlamentar, devendo o presidente apenas consultar "as lideranças políticas do Congresso Nacional".

Anistia aos militares

Os militares anistiados não serão reintegrados à tropa, mas seus soldos na reserva serão correspondentes às promoções normais a que teriam direito caso progressassem na carreira.

Forças Armadas

Deixam de ser garantia da lei e da ordem, para serem "garantia da ordem constitucional e dos poderes legalmente constituídos". As Polícias Militares perdem a subordinação total que hoje têm em relação às Forças Armadas, mas ficam como primeira linha destas, para atuarem na "garantia da ordem constitucional e dos poderes legalmente constituídos".

Seguridade social

Falta definir de que forma se montará o caixa para o atendimento das necessidades previdenciárias, assistenciais e de seguro. O Sesc e o Senai são mantidos. Cria-se o Serviço Nacional de Saúde, mas ele será mais aberto à iniciativa privada do que se previa originalmente.

Tributação

Fica como estava: a União perde, em cinco anos, 20% de seus recursos (cálculo do deputado José Serra) ou 33%, segundo os contos do próprio governo. Ganham os Estados (principalmente) e os municípios.

Ministro critica proposta sobre as Forças Armadas

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, 64, condenou a proposta, que faz parte do substitutivo que está sendo preparado pelo relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de alterar o papel das Forças Armadas. Pelo substitutivo, as Forças Armadas "destinam-se à defesa da prática e à garantia da ordem constitucional e dos poderes legalmente constituídos". A formulação anterior — do anteprojeto conhecido como "Projeto Cabral" — entregava aos militares, além da "defesa da pátria", a garantia dos "poderes constitucionais, da lei e da ordem".

O general Paiva defendeu a manutenção do texto do "Projeto Cabral", argumentando que "quando os outros poderes não puderem garantir a lei e a ordem, as Forças Armadas, obrigatoriamente, têm de ocupar este espaço e entrar em ação".

A mesma posição é defendida pelo Exército. Segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, o ponto de vista oficial da Força está expresso numa publicação distribuída aos deputados e senadores, na qual as Forças Armadas têm uma dupla missão: "contra o inimigo externo que ameace a soberania nacional ou a integridade do território nacional, e contra aqueles que, no interior do país, perturbem gravemente a ordem ou afrontem os

poderes constitucionais e o império da lei".

Embora por motivos opostos, o deputado José Genoino (SP), vice-líder do PT, também condenou a nova versão do projeto de Constituição. Segundo Genoino, a proposta é uma amostra do "conservadorismo adocicado" que, em sua opinião, tem marcado os trabalhos do Congresso constituinte. O parlamentar petista criticou a proposta afirmando que, na prática, "as Forças Armadas vão continuar autônomas para interferir quando julgarem necessário".

Já o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) concordou com a nova proposta que, segundo ele, "torna explícita a defesa do país em relação ao golpe militar".

Outro ponto que afeta os interesses das Forças Armadas, também contido no substitutivo, refere-se às Polícias Militares. Pelo novo texto, as PMs passam a ser subordinar exclusivamente aos governadores estaduais. No "Projeto Cabral", elas são consideradas "forças auxiliares" e "de reserva" do Exército.

Parlamentarismo

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Aribas (PFL-RJ), afirmou ontem que, no sistema parlamentarista proposto no substitutivo ao anteprojeto constitucional, todos os ministros, inclusive os militares, estarão sujeitos à moção de desconfiança da Câmara dos Deputados — o que implica na destituição automática de todo o gabinete.

Deputados fazem críticas ao sistema de voto distrital

Da Sucursal de Brasília

A sessão extraordinária do Congresso constituinte convocada para ontem à noite, para discussão do "Sistema Eleitoral e Voto Distrital", começou às 19h15, com meia hora de atraso, e com a presença de apenas 41 dos 559 constituintes. Ela serviu para que os partidos de esquerda, como o PT, PDT, PC do B, PCB e PSB atacassem o sistema do voto distrital, por considerá-lo favorável aos grandes grupos econômicos, e para que os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Francisco Rossi (PTB-SP), centro, e Adylson Motta (PDS-RS), centro, dissessem que ele é uma forma de acabar com as distorções existentes no sistema eleitoral brasileiro.

O primeiro orador, Paulo Delgado (PT-MG), esquerda, disse que é preciso melhorar o sistema proporcional (adotado atualmente). Ele defendeu o aumento de vagas no Congresso para Estados populosos, a exemplo de São Paulo, Rio e Minas, e considerou o Senado uma espécie de representação distrital, em que cada Estado tem três senadores. Para Delgado, "por causa de sua situação distrital, o Senado é tão conservador". Quando terminou o discurso, foi cumprimentado efusivamente por Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-direita, que, em aparte, declarou-se "adversário do sistema distrital, misto ou puro". A condenação ao voto distrital fez com que Cardoso Alves voltasse a trocar abraços com José Genoino (PT-SP),

esquerda, e Aldo Arantes (PC do B-GO), esquerda.

O senador Jamil Haddad (PSB-RJ), esquerda, disse que se o sistema distrital for adotado "os partidos ideológicos sofrerão um duro golpe". Para ele, o voto nestes partidos "é difuso, em todo o Estado". Entretanto, Israel Pinheiro, Adylson Motta e Francisco Rossi o contestaram, afirmando que o voto será misto e não atrapalhará os partidos de esquerda. Pelo sistema misto, metade dos candidatos disputarão metade das vagas por distritos, enquanto metade concorrerá às restantes no sistema proporcional. Para isso, cada eleitor terá de votar em dois candidatos: o do distrito e o do Estado.

O Congresso constituinte discute hoje à noite, a partir das 18h45, em sessão extraordinária, o tema da "Reforma Urbana", dando prosseguimento à série de debates sobre temas específicos iniciada no dia 4. Quinze oradores deverão apresentar suas posições sobre o tema.

Os debates temáticos, que tiveram início no último dia 4, surgiram por iniciativa do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), esquerda, como uma forma de compensar a diluição das discussões nas sessões normais do Congresso constituinte, onde os oradores discorrem sobre temas variados e quase sempre sem relação entre si.

A série de nove debates se encerra amanhã à noite, quando os constituintes discutirão "Saúde e Previdência Social".

Parlamentares formalizam grupo Centro Democrático

Da Sucursal de Brasília

Um grupo de parlamentares do PMDB formaliza hoje na Câmara a criação do grupo Centro Democrático, que já existe informalmente desde abril, por iniciativa do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (BA), e do deputado cearense Expedito Machado, reunindo inicialmente os coordenadores das bancadas estaduais.

O grupo vai se formalizar com estatuto próprio e com uma infraestrutura que vai incluir um conselho consultivo, uma coordenação-geral executiva, uma secretaria-geral, uma assessoria, uma coordenação de divulgação, uma administração e finanças e uma de plenário e comissões. Mas alguns de seus membros não concordam com tudo isso, preferindo que o grupo se mantenha de modo informal, como o próprio Carlos Sant'Anna.

O Centro Democrático se formou para apoiar o governo José Sarney e como uma reação contra a liderança do senador Mário Covas. "Nós não reconhecemos a liderança do PMDB na Constituinte. Temos uma liderança na Câmara e uma no Senado, mas não na Constituinte", afirma o deputado Expedito Machado. Eles também não pretendem fundar um novo partido. "Somos uma facção do PMDB com identidade própria. Se o pessoal do Movimento de Unidade Progressista (MUP) tiver raça para sair e fundar um partido, eles que o façam; mas eu duvido", disse o deputado Max Rosenmann (PR),

referindo-se à ala esquerda do PMDB.

Durante toda a tarde de ontem estiveram reunidos no gabinete do deputado Expedito Machado, além dele próprio, Max Rosenmann, Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Basílio Villani (PMDB-PR), Borges da Silveira (PMDB-PR) e Osvaldo Sobrinho (PMDB-MT), em preparativos para a institucionalização do grupo. Participaram também os deputados Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) e Del Bosco Amaral (PMDB-SP). Eles fizeram uma relação de todos os colegas que deveriam ser convidados. Os deputados do Centro Democrático acreditam que terão a adesão dos senadores João Calmon (ES) e Alfredo Campos (MG). "Vamos trabalhar para não passar vergonha amanhã", avisava Basílio Villani, enquanto telefonava para fazer os convites. O encontro seria no hotel Garvey, no Setor Hoteleiro Norte da Capital, mas eles resolveram transferir tudo para a Câmara.

O grupo não aceita o adjetivo de "fisiológico" que recebeu de outros setores do PMDB. "O que é ser fisiológico? É indicar gente competente para cargos públicos? Isso é obrigação nossa", disse Arnaldo Moraes. Eles criticam Mário Covas e Ulysses Guimarães, que "fazem reuniões às escondidas, em chácaras", segundo Del Bosco Amaral. "O Covas não lidera mais nada", diz Mendes Ribeiro (RS). Na última reunião do Centro Democrático, na semana passada, compareceram 21 deputados.

Projeto amplia número de deputados de SP na Câmara

Da Sucursal de Brasília

O Estado de São Paulo ampliará sua representação de deputados federais de sessenta para oitenta parlamentares, caso o plenário do Congresso constituinte aprove a proposta contida no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. A proporcionalidade, no entanto, é apenas parcial. Com mais de 25% do eleitorado nacional, os paulistas têm apenas 12% dos deputados federais.

Considerado o critério da proporcionalidade a partir do eleitorado, os

paulistas teriam direito a eleger 110 representantes. Em defesa da desproporcionalidade, os políticos do Norte e Nordeste argumentam com a necessidade de se manter o equilíbrio da Federação. Pela própria Constituição, esse equilíbrio é garantido com a existência do Senado, onde todos os Estados têm o mesmo número de representantes (três senadores), independente da população ou do eleitorado.

LEASING
Prestações absurdas. Veja onde está o "erro".
Tels. (011) 231-4174 - 259-6817.
Gustavo Korte - Carlos Faria

SINDICATO DOS MÉDICOS

Bolívar defende o sistema misto

Da Redação da Folha

O cientista político Bolívar Lamounier, 44, defende a adoção de um sistema eleitoral misto onde os parlamentares seriam eleitos pelo sistema distrital e através de listas partidárias. Pela sua proposta, o eleitor escolheria um candidato entre os apresentados em seu distrito. Eleito o mais votado, os votos dados ao derrotado não seriam desprezados, mas somados aos votos conquistados pela sua legenda em outros distritos e elegeriam candidatos de uma lista previamente elaborada pelo seu partido.

Desta maneira, um partido que, mesmo não elegendo nenhum candi-

dato em distritos, obtivesse 40% na soma geral da votação teria direito a 40% do total de parlamentares. Se um partido, como no exemplo acima, não ganhou em nenhum distrito, todos os seus parlamentares seriam oriundos de sua lista. Um partido que, por exemplo, tenha eleito cinco parlamentares em eleições distritais e tenha direito a vinte cadeiras, indicará os primeiro quinze nomes de sua lista para completar a sua representação parlamentar. O eleitor teria conhecimento prévio da lista de seu partido, sabendo, portanto, qual a ordem a ser obedecida para que as cadeiras do Parlamento sejam completadas.

Polícia baiana apura denúncia de explosão

Da Sucursal de Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), disse ontem, ao comentar a denúncia de que haveria uma explosão de dinamite no prédio de Salvador, que o governo "tomou medidas acauteladoras e todos os órgãos de segurança estão atentos". Informações passadas de dentro do prédio, por ex-integrantes do PT presos por tentativa de assalto em agência do Banco do Brasil, em Salvador (BA), em maio do ano passado, davam conta de que grupos de presidiários fariam explodir cargas de dinamite e realizariam uma fuga em massa.

Dropes

ONU - O Brasil inicia hoje em Moscou consultas sobre os principais temas da Assembléia Geral da ONU, cujos debates começam em 22 de setembro, em Nova York.

CNBB - O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estará reunido na próxima semana, em Brasília, para analisar a conjuntura sócio-político-econômica do país.

Emprego - O secretário estadual de Governo do Piauí, João Henrique Souza, admitiu ontem a existência de servidores estaduais que recebem salários sem trabalhar.